



Artigo original

# A praga terrível dos capoeiras: marginalidade, imaginário e territorialidade negra no extremo sul do Brasil (1850-1912)

*Erico Tavares de Carvalho Junior\**

## RESUMO

Este texto analisa alguns indícios da presença da prática da capoeira no estado do Rio Grande do Sul, entre a metade do século XIX e o início do século XX. São utilizados registros em jornais, como *A Federação*, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional, além de processos-crime do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e dos relatos de cronistas da época, como Achylles Porto Alegre e Ary Sanhudo, nos quais busco identificar a presença dos capoeiras enquanto tipo social. A partir das evidências, proponho que, ao contrário do que o senso comum defende, a capoeira não é originária de um grande polo difusor, mas sim fruto de uma ampla área de circulação dos portadores dessa prática, que vai do norte ao sul do território brasileiro, criando parte do imaginário sobre essas pessoas marginalizadas na forma de uma territorialização negra da mentalidade branca e de um ponto de atrito para aqueles que se pensam como herdeiros da civilização europeia.

**Palavras-chave:** capoeira; Porto Alegre; território negro; cultura afro-brasileira; Rio Grande do Sul

## The Terrible Plague of Capoeiras: Marginality, Imaginary and Black Territoriality in the Extreme South of Brazil, 1850-1912

## ABSTRACT

This text analyzes some evidence of the practice of capoeira in the state of Rio Grande do Sul (Brazil) between the mid-nineteenth century and the beginning of the twentieth century. It aims to identify the presence of capoeiristas as a social type using newspapers, such as *A Federação*, which is available in the Brazilian National Library's digital collection,

---

\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos, Porto Alegre, RS – Brasil. E-mail: erico.carvalho@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3552-7588>.

the records of criminal proceedings held in the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul, and the accounts of contemporary writers, such as Achylles Porto Alegre and Ary Sanhudo. Based on this evidence, I argue that, contrary to what common sense holds, capoeira did not originate from a single large dissemination center, but rather spread as a result of its practitioners circulating through a wide area that spanned from the north to the south of the Brazilian territory. This practice influenced the image of these marginalized people in the form of black territorialization in the white mentality and became a source of tension for those who considered themselves heirs of European civilization.

**Keywords:** Capoeira; Porto Alegre; Black Territory; Afro-Brazilian Culture; Rio Grande do Sul

## **La plaga terrible de los capoeiras. Marginalidad, imaginario y territorialidad negra en el extremo sur de Brasil (1850-1912)**

### RESUMEN

Este texto analiza algunos indicios de la presencia de la práctica de la capoeira en el Estado de Rio Grande do Sul (Brasil), entre la mitad del siglo XIX y los inicios del siglo XX. Son utilizados registros de periódicos como *A Federação*, disponibles en el acervo digital de la Biblioteca Nacional brasileña, además de procesos criminales del acervo del Archivo Público del Estado de Rio Grande do Sul y de los relatos de cronistas de la época, como Achylles Porto Alegre y Ary Sanhudo, donde busco identificar la presencia de los capoeiras como tipo social. A partir de las evidencias, propongo que, al contrario de lo que el sentido común defiende, la capoeira no es originaria de un gran polo difusor, pero sí fruto de una amplia área de circulación de los portadores de esta práctica, que va del norte al sur del territorio brasileño, formando parte del imaginario sobre esas personas marginalizadas en la forma de una territorialización negra de la mentalidad blanca y punto de fricción para aquellos que se sienten herederos de la civilización europea.

**Palabras clave:** capoeira; Porto Alegre; territorio negro; cultura afro-brasileña; Rio Grande do Sul

A imagem da capoeira e de seus praticantes, o capoeirista ou simplesmente capoeira<sup>1</sup>, vem se transformando e se multiplicando progressivamente, ao menos desde o final do século XVIII. Desde registros que associavam à marginalidade social, como prática da população negra e mestiça, passando por sua adoção pela classe média branca como esporte

---

<sup>1</sup> O uso do termo “capoeirista” é relativamente recente, surgindo a partir da popularização de suas vertentes esportivas.

nacional, afastada de suas raízes, até chegar a uma “retniação”, com a revalorização de sua vertente mais tradicional (Assunção, 2008). Da mesma forma, os discursos associados à sua origem acompanharam essas modificações, buscando justificar a mudança através de metanarrativas<sup>2</sup>.

Algumas das narrativas que se estabeleceram ao longo do tempo foram a de sua origem nos quilombos e senzalas nas zonas rurais do Nordeste brasileiro, tendo a Bahia como seu principal polo de difusão e autenticidade. Matthias Röhrig Assunção (2008) demonstra como estes discursos, aparentemente oriundos do Movimento Negro, na verdade, surgem a partir dos defensores da “modernização” da capoeira, através de sua adoção enquanto esporte nacional, o que, na prática, implicou a retirada de elementos associados à cultura negra, considerados inferiores e incompatíveis com a ideia de civilização e modernidade, ligados à visão de mundo euro-referenciada – servindo, portanto, apenas para justificar seu “passado negro”.

Tais narrativas foram sendo desconstruídas ao longo do tempo pelo avanço de pesquisas na área da História. Trabalhos como o de Carlos Eugênio Líbano Soares (2004), Adriana Albert Dias (2004), Matthias Röhrig Assunção (2005) e Mônica Beltrão (2007) não apenas apontaram para a existência da prática da capoeira em outras capitais brasileiras, além de Salvador, como também demonstraram uma intensa presença nos centros urbanos, gerando uma mudança no paradigma acerca da capoeiragem no século XIX e, conseqüentemente, da origem e desenvolvimento dessa prática.

Pode-se dizer que esses trabalhos abriram portas para uma nova onda de pesquisas documentais, o que também possibilitou o desenvolvimento de trabalhos em outros estados brasileiros. Esse movimento vem demonstrando não apenas que a presença da capoeira foi generalizada em todo o Brasil, como também que aquilo que, contemporaneamente, chamamos de capoeira, não foi algo homogêneo, reunindo uma série de diferentes práticas e situações que, aos olhos da elite econômica e intelectual da época – responsável pela grande maioria dos registros –, foram generalizadas sob uma mesma denominação.

Nesse sentido, quando falamos de capoeira durante o século XIX, estaríamos nos referindo tanto a descrições de conflitos, em geral relacionados à população negra e mestiça, livre ou cativa, quanto a sujeitos marginalizados. Mas também nos referimos a situações em que a habilidade dos envolvidos denotaria qualidades associadas ao engano e à esperteza, além do uso de golpes como rasteiras e cabeçadas, motivo pelo qual estes elementos constituem alguns dos indícios associados à presença da capoeira e dos capoeiras em uma localidade.

Como demonstra Líbano Soares (1997; 2004), a partir da análise dos registros sobre a presença da capoeira no Rio de Janeiro durante o período imperial, o próprio uso do termo também designava um tipo social considerado marginal, “o capoeira” – lugar frequente-

---

<sup>2</sup> Refiro-me a discussões sobre a origem africana, brasileira ou afro-brasileira da capoeira, posicionamentos que refletem projeções de posturas sóciopolíticas mais profundas e que, portanto, dizem mais sobre a ideologia e a visão de mundo daqueles que os defendem do que constituem um fato histórico.

mente ocupado por homens negros ou mestiços, pertencentes às classes mais baixas –, cujo imaginário do século XIX associava à desordem, selvageria e criminalidade. Principalmente quando associado às *maltsas*, gangues formadas por uma grande diversidade de sujeitos marginalizados, o que incluía marinheiros de diversas nacionalidades e etnias, nas quais a capoeira servia de arma para as constantes disputas territoriais e com as autoridades policiais.

Foi frequente o uso do termo “capoeira” como categoria moral acusatória para designar estes sujeitos considerados afastados do ideal de civilidade apontado pela elite branca local. Por exemplo, o primeiro registro do uso do termo “capoeira” aparece em um processo criminal de 1789, no qual um mulato de nome Adão era acusado de ser um capoeira (Assunção, 2005, p. 69).

Esta imagem serviu de categoria de acusação<sup>3</sup> e povoou o imaginário sobre a capoeira ao menos até meados do século XX, quando a apropriação dessa prática por jovens brancos de classe média e alta deslocou a capoeira para um registro associado ao esporte, o que a transformou em um símbolo nacional e a projetou para outras partes do Brasil e para o exterior, no que podemos chamar de “capoeira moderna”.

Partindo dessas premissas, este trabalho se dedica a analisar alguns registros sobre a prática da capoeira no estado do Rio Grande do Sul, em especial em Porto Alegre, capital do estado, entre os períodos de 1850 e 1912. Partindo de uma série de notícias de jornais da época, processos criminais e relatos de cronistas, busco enfatizar o caráter acusatório do uso do termo “capoeira”, localizar socialmente os envolvidos e o cenário no qual se desenrolaram os fatos<sup>4</sup>.

Para além disso, busco contrariar as ideias correntes de que a capoeira teria chegado à capital gaúcha apenas a partir da década de 1960, de forma repentina, em grandes eventos fundadores, tomados como marcos para tal “implantação”, a saber: a passagem de Mestre Pastinha e seus alunos pela cidade em 1959 e 1963<sup>5</sup>, e a chegada dos primeiros professores. Tais eventos se encaixam em uma narrativa da expansão linear do modelo baiano de capoeira para as demais capitais, porém negam a existência prévia da capoeira nessas localidades, através de subsistemas de difusão não lineares, associados tanto à presença de portadores dessa prática<sup>6</sup>, trazida por sujeitos nômades – dentre eles, marinheiros e militares<sup>7</sup>.

---

<sup>3</sup> Refere-se à mobilização de categorias associadas a imagens estigmatizadas pela sociedade, como forma de atacar um opositor, desqualificando-o ou reduzindo sua legitimidade de acordo com a conveniência do acusador.

<sup>4</sup> Parte dos registros aqui utilizados já foram apresentados por outros autores, como Jane Mattos (2009), Vinicius Pereira de Oliveira (2013) e Marco Antonio Pogliá e Jovani Scherer (2022), os quais foram complementados por meio de uma pesquisa junto à Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional.

<sup>5</sup> Mestre Pastinha (Joaquim Vicente Ferreira Pastinha) foi um dos grandes mestres que popularizaram o estilo de capoeira que passou a ser conhecido como Capoeira Angola a partir da década de 1930.

<sup>6</sup> Considero, assim, pessoas dissociadas da capoeira baiana, que cultivaram essa prática por gerações de forma particular.

<sup>7</sup> Refiro-me à presença massiva de sujeitos oriundos das classes marginalizadas da sociedade, conhecedores da capoeiragem, no contingente do Exército, da Polícia e da Marinha, e ao seu constante trânsito entre

## A capoeira no estado do Rio Grande do Sul

A partir das últimas décadas do século XIX, uma das grandes bandeiras do projeto republicano<sup>8</sup> foi a transformação do Brasil em um país moderno, tendo como exemplo norteador as grandes potências europeias. Isso significou a eliminação dos elementos considerados “primitivos” ou “bárbaros”, avessos à civilização – o que, em outras palavras, significou uma campanha para a eliminação de todas as práticas culturais provenientes da população negra e indígena. Tratou-se de um processo de reeducação e higienização social e moral que não apenas incluiu o controle sobre esses corpos não brancos, mas, na medida do possível, sua eliminação e invisibilização física por meio da miscigenação com migrantes europeus (Carvalho, 1987; Schwarcz, 1993).

Dentre outras estratégias, também foi adotada sua expulsão das zonas centrais das cidades por meio dos projetos de remodelação urbana, implementados sobretudo após a Proclamação da República (1889), sob o pretexto da necessidade de modernização da malha urbana, com a construção de grandes avenidas e sistemas de saneamento, já que as moradias populares e, sobretudo, os cortiços representavam um símbolo da degradação da população (Vieira, 2017).

Assim como no Rio de Janeiro, os primeiros registros da presença da capoeira no Rio Grande do Sul estão associados à imagem corrente do capoeira como um tipo social marginal, desordeiro ou criminoso. Essa imagem foi fortemente veiculada por narrativas republicanas, que eram frequentemente reproduzidas pelos jornais engajados no saneamento moral e físico da população brasileira (Mauch, 1994, p. 9), intensificando-se à medida que a articulação que levou à queda da monarquia brasileira e à instauração da República se aproximava.

Este é o caso de *A Federação - Orgam do Partido Republicano*, periódico oficial do Partido Republicano Riograndense (PRR), publicado em Porto Alegre entre 1884 e 1937. Por meio das páginas de *A Federação*, a sociedade porto-alegrense se mantinha a par dos acontecimentos na capital do Império e da futura República, em notícias que incluíam as peripécias dos capoeiras. Por exemplo, a edição nº 197, de 31 de agosto de 1885, traz, na capa, a notícia dos distúrbios gerados por duas grandes *malts* do Rio de Janeiro, os Nagoas e os Guayamúns. Diz o noticioso:

Há muito tempo os capoeiras não se apresentavam tão numerosos e tão perigosos como hontem. Estes malfeitores subdivididos em Nagoas e Guaymús, armados de navalhas e cacetetes, e comandados por chefes de malta, alguns dos quaes gozam de protecção, percorreram varios

---

guarnições e portos, onde muitas vezes se fixaram e/ou serviram de exemplo para moradores locais quanto ao comportamento e à prática da capoeira.

<sup>8</sup> Por projeto republicano, refiro-me ao desenvolvimento de princípios filosóficos e políticos que balizaram a intelectualidade republicana da época, sendo colocados em prática a partir da Proclamação da República (1889).

districtos d'esta cidade praticando tropelias e disturbios e entregando-se a actos indignos de uma cidade policiada e civilizada<sup>9</sup>.

O encontro entre as duas *maltas* resultou em um enfrentamento que fugiu do controle policial e só foi controlado pela intervenção de “praças a cavallo, que dispersaram-os á espaldaradas e prenderam alguns”. O saldo do conflito foi a morte de um menino chamado Manoel Moreira Pinto e a prisão de várias pessoas, entre elas Gregório Nogueira de Azevedo Paredes, “um capoeira muito conhecido”.

Como aponta Líbano Soares (2004), o conflito ocorria tanto entre *maltas* como também entre estas e o corpo de Polícia e do Exército, que acabavam resultando não apenas em feridos, mas também em mortos de ambos os lados. Logicamente, os periódicos só noticiavam as agressões e mortes dos agentes do Estado. Por exemplo, a edição nº 40, de 18 de fevereiro de 1887, em sua capa, traz o relato do espancamento dos alferes Sabino Monteiro de Mello e Francisco Melchhiades da Costa na Ilha de Bom Jesus (RJ), feridos pelo ataque de um grupo de cinco homens. Segundo o jornal, Mello foi “agredido, esbordado e posto por terra ao effeito das cabeçadas e soccos que lhe dava o capoeira”. Vendo a agressão ao colega, Melchhiades sacou um revólver e disparou, porém, foi derrubado pelo grupo, que o “espancou a cacete e só o abandonando quando supuseram-no sem vida”<sup>10</sup>.

Da mesma forma, no ano seguinte, na edição nº 139, de 20 de junho, informava-se sobre a concessão de uma pensão aos três irmãos menores do sargento do Corpo Militar da Polícia do Rio, Antonio Nery de Oliveira Araújo, “horriavelmente assassinado pelo capoeira conhecido pela alcunha de Estudante”<sup>11</sup>.

O Partido Republicano também utilizava a imagem marginalizada dos capoeiras como forma de deslegitimar e acusar a oposição. Como, por exemplo, três meses antes do golpe que resultaria na Proclamação da República, na edição nº 175, o jornal publicava um editorial acusando a monarquia de utilizar os capoeiras da Guarda Negra como capangas políticos para “espalhar o terror nas ruas do Rio de Janeiro, entregue a navalha do capoeira, para não sucumbir ao primeiro movimento popular”<sup>12</sup>. A Guarda Negra, aqui referida, tratava-se de um grupo de negros, que após a Abolição (1888), tornou-se partidário da monarquia isabelina, a título de contraprestação pela benesse recebida. Este grupo, logicamente formado

---

<sup>9</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, Brasil. *A Federação - Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, ano 2, n. 197, p. 1, 31 ago. 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/1833>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>10</sup> *Ibidem*, ano 4, n. 40, p. 1, 18 fev. 1887. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/12769>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>11</sup> *Ibidem*, ano 5, n. 139, p. 1, 20 jun. 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/4579>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>12</sup> *Ibidem*, ano 6, n. 175, p. 1, 2 ago. 1889. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/4727>. Acesso em: 22 jul. 2025.

por muitos capoeiras, não poucas vezes se envolveu em conflitos com o bando republicano, sendo tão temido quanto as *malts* (Gomes, 1991; Soares, 2008; Antunes, 2019).

Uma vez estabelecido o novo regime, na edição de 7 de janeiro de 1890, o editorial tece elogios ao Chefe da Polícia do Rio de Janeiro, Sampaio Ferraz, por eliminar a “praga hedionda dos capoeiras” e por dar fim à Guarda Negra, “último domínio conservador”, ou seja, monarquista, na cidade, contribuindo para o “saneamento moral do Rio de Janeiro”<sup>13</sup>. Sampaio Ferraz tornou-se célebre entre os capoeiristas por levar a cabo uma extensa repressão aos capoeiras, desmantelando as *malts*. Nesse momento, o crime de capoeiragem passou a constar no Código Penal da jovem República e só seria retirado em 1937<sup>14</sup>. No entanto, deve-se relativizar esta desarticulação, já que a capoeira teria passado para o âmbito privado, como pátios e terrenos baldios. Além disso, como demonstra Adriana Dias (2004), muitos capoeiristas passaram a integrar as forças da ordem pública, seja como soldados, capangas ou cabos eleitorais, ou ainda como “secretas”, ou seja, colaboradores da polícia.

Contudo, não apenas negros e mestiços eram perseguidos pelo regime por capoeiragem, como já mencionado; a composição das *malts* era diversificada e, em alguns casos, incluía membros de famílias abastadas. Em abril de 1890, na edição nº 82, o jornal noticiava (e comemorava) a prisão do português Juca Reis (José Elysio Reis), irmão do Conde de Mato-sinhos, um célebre capoeira pertencente às camadas mais altas da sociedade<sup>15</sup>. Sua prisão por capoeiragem não apenas gerou polêmica na época, mas também constituiu um incidente diplomático entre a jovem República e o governo português (Soares, 1997).

Não eram apenas as notícias das peripécias dos valentões na capital do país que serviam para a propagação da imagem negativa dos capoeiras. Os meios culturais, como romances e obras de teatro, frequentemente apontavam para a existência desses sujeitos através de personagens estereotipados. Por exemplo, a peça *O mandarim* (1883)<sup>16</sup>, de Artur Azevedo e Moreira Sampaio, e o romance *O cortiço* (1890)<sup>17</sup>, de Aluísio de Azevedo, ambos exaltados nas páginas d'*A Federação*, incluíam a presença dos capoeiras como personagens inferiorizados. Em *O mandarim*, o capoeira é apresentado como um dos males do Brasil, enquanto em *O cortiço*, seguindo a ideologia republicana da época, retrata-se esse estilo de moradia como um antro de lascívia e vícios, onde os moradores, entregues ao determinismo biológico,

<sup>13</sup> *Ibidem*, ano 7, n. 7, p. 2, 9 jan. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/5252>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>14</sup> A capoeira foi incluída no Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. No Capítulo XIII, intitulado “Dos vadios e capoeiras”, previa-se pena de prisão de até seis meses.

<sup>15</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, Brasil. *A Federação - Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, ano 7, n. 82, p. 2, 10 abr. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/5552>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>16</sup> *Ibidem*, ano 1, n. 225, p. 4, 30 set. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/708>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>17</sup> *Ibidem*, ano 4, n. 109, p. 4, 14 maio 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/7428>. Acesso em: 22 jul. 2025.

dão vazão aos impulsos próprios de sua natureza miscigenada. Na história, o mulato Firmo encarna o arquétipo do capoeira, chefe de *malta* que acaba por ferir um português durante um duelo.

Por meio dessas notícias, as famílias remediadas e abastadas da cidade entravam em contato com o cotidiano da Corte, suas intrigas políticas e seus perigos, entre os quais o dos violentos capoeiras. Essas imagens da capoeira calaram fundo no imaginário coletivo e ajudaram a incluir este termo no léxico local, alimentando o preconceito contra aqueles apontados como inimigos da ordem e da civilidade.

O primeiro registro conhecido de um indivíduo apontado como praticante de capoeira no Rio Grande do Sul data de abril de 1850, na cidade portuária de Rio Grande. O processo-crime citado por Vinicius Oliveira (2013, p. 162-163) descreve o conflito entre dois homens: o uruguaio Alexandre de Souza, 19 anos, campeiro, filho de pais libertos, e Bernardo, cativo de Manuel José Correa de Sá. Segundo os autos, Bernardo teria derrubado o barril de água de Alexandre e o desafiou para “jogar capoeira”. O enfrentamento resultou na morte de Bernardo, após receber uma facada de Alexandre<sup>18</sup>.

Em outros municípios do estado, a associação entre o termo “capoeira” e o mundo do crime também aparece. Na edição nº 233 d’*A Federação*, de outubro de 1885, no artigo intitulado “Violências na Cachoeira”, o jornal denunciou as arbitrariedades e agressões do alferes Rodrigo Antonio de Fonseca Lessa ao assumir o cargo de comandante da guarda na localidade de Cachoeira<sup>19</sup>. A matéria relata que o jovem alferes chegara à cidade a pedido do delegado de polícia para reforçar a segurança, diante das ameaças de empastelamento do diário conservador *Pharol*. Logo após sua chegada, acompanhado por uma “grande fama de capoeira e valentão”, ocorreram uma série de agressões a cidadãos e prisões arbitrárias, inclusive de autoridades como o próprio delegado, nas dependências da guarda. O episódio terminou com a intervenção de um oficial do Corpo de Engenharia e a prisão do alferes<sup>20</sup>.

Nesse caso, embora careçam de detalhes além da narrativa do jornal, a indisposição com o militar pode não se tratar apenas de indignação perante as injustiças e ilegalidades praticadas pelo comandante, mas a acusação de capoeira pode indicar sua fama de truculento associada ao posicionamento político como simpático à monarquia, uma vez que sua chegada à cidade teve como objetivo a defesa de um jornal conservador. Nesse sentido, o termo “capoeira” poderia estar sendo utilizado como sinônimo de monarquista. Esse tipo de acusação é uma constante nas páginas desse jornal. Assim, o uso do termo “capoeira” podia denotar tanto o tipo social marginal quanto servir como categoria de acusação por analogia

<sup>18</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Processo-crime, Júri, C005-0418, Auto 19. Rio Grande, 1850.

<sup>19</sup> Hoje denominado Cachoeira do Sul, localizado na Depressão Central do estado.

<sup>20</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, Brasil. *A Federação - Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, ano 2, n. 233, p. 2, 14 out. 1885. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/1974>. Acesso em: 22 jul. 2025.

contra aqueles que se valiam do engano e da desonestidade e/ou, ainda, contra aqueles partidários da monarquia. Por exemplo, na edição nº 118, de maio de 1892, aponta-se que, no município de Sant'Ana do Livramento, foi decretada a prisão de Domingos Ribeiro, conhecido como Domingos Capoeira, por crimes de furto na região e no Uruguai; no entanto, o “celebríssimo capoeira”, após troca de tiros com os policiais, acabou ferido com dois disparos e fugiu para o Departamento de Rivera, no país vizinho<sup>21</sup>. Essa alcunha, embora possa simplesmente apontar para um tipo social marginalizado e violento, também pode ter um significado político mais amplo, como o de inimigo do regime republicano ou, ao menos, do bando na situação.

Em outra nota, reproduzida em diversos periódicos do país, o nome Domingos Capoeira ainda é citado em declarações alusivas à Revolução Federalista (1892-1895), possivelmente como partidário do bando maragato, na região de Sant'Ana do Livramento, embora até o momento sua identidade não tenha sido verificada. Nesse sentido, o uso da alcunha ainda pode ser estendido para os outros adversários do setor hegemônico do Partido Republicano<sup>22</sup>.

Caso semelhante ocorreu em Pelotas em junho de 1893, relatado na edição nº 183 d'A *Federação*, que reproduz a notícia do *Diário*. O periódico comunica que, naquele município, Plotino Soares de Oliveira, empregado de uma casa comercial, dirigiu-se ao Atelier de Calçados Louzada, onde acabou brigando com o proprietário Antonio Barbosa de Pinho Louzada quando este se recusou a tratar com ele. A notícia aponta que isto bastou “para que Plotino, que é capoeira, agredisse o Sr. Louzada de revólver em punho e faca”. Na nota, Plotino ainda é caracterizado como um ex-sargento do Exército, expulso da corporação por “se achar implicado nos sucessos da fortaleza de Santa Cruz” e causador de outras desordens na cidade<sup>23</sup>.

A nota sugere seu envolvimento na sublevação ocorrida na Fortaleza Santa Cruz da Barra, em Niterói, contra o governo de Marechal Floriano Peixoto (1891-1894). A rebelião ocorreu entre os dias 19 e 20 de janeiro de 1892, envolvendo diversos praças sob a liderança do 2º Sargento Silvino Honório de Macedo. A revolta foi derrocada no segundo dia, sob o cerco da armada e do Exército (Silva, 2001). A edição de 11 de agosto de 1892, do *Jornal do Brasil* comunica a expulsão de diversos praças, dentre eles, o 1º Sargento Manuel Plotino

<sup>21</sup> *Ibidem*, ano 9, n. 118, p. 1, 25 maio 1892. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/7461>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>22</sup> A Revolução Federalista (1892-1895) foi um conflito que opôs o Partido Republicano Rio-Grandense, liderado pelo presidente da província Júlio de Castilhos, ao Partido Federalista do Rio Grande do Sul, liderado por Gaspar Silveira Martins, que defendia um projeto parlamentarista para o estado, sendo acusado de monarquista devido às suas relações prévias com a Corte antes do golpe republicano. Na ocasião, os partidários republicanos eram conhecidos pelo apelido pejorativo de “chimangos” – um pássaro de rapina considerado uma praga no estado –, enquanto os partidários do bando federalista eram conhecidos como “maragatos”, uma vez que grande parte das tropas provinha do Uruguai e, portanto, tinham o objetivo de acusá-los de serem forças estrangeiras.

<sup>23</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, Brasil. *A Federação - Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, ano 10, n. 137, p. 2, 16 jun. 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/8718>. Acesso em: 22 jul. 2025.

Soares de Oliveira<sup>24</sup>. O que parece confirmar sua identidade. Neste sentido, Plotino, reconhecido em Pelotas como um dos sublevados, também é caracterizado como um inimigo do regime, o que também pode ter lhe rendido a alcunha de “capoeira” e o desafeto do periódico republicano.

Ainda sobre o uso da alcunha, “capoeira” para nomear homens marginalizados e de índole violenta, encontra-se outras notícias sobre diferentes indivíduos associados ao mundo do crime. Por exemplo, em uma nota na edição nº 60, de março de 1906, comunica-se que, no município de Alegrete, aguardavam julgamento três réus por homicídio, sendo que um se chamava João Capoeira<sup>25</sup>.

## A(os) capoeira(s) em Porto Alegre

A Porto Alegre novecentista, berço do republicanismo positivista, apesar de ser a capital da província, ainda guardava características de uma pequena urbe. Até o início do período republicano, seu perímetro não se estendia muito além de seu atual centro histórico, localizado sobre o promontório em frente ao grande Lago Guaíba. Grande parte da população vivia em ruas e becos estreitos, dominadas pelo casario, onde, em alguns casos, a luz do sol pouco penetrava (Vieira, 2017). Segundo o Censo de 1858, a cidade não superava os 19 mil habitantes, dos quais ao menos 30% eram pessoas negras (FEE, 1981, p. 66). Este número cresceu significativamente, já que o Censo seguinte, de 1872, registrou 43.998 habitantes, dos quais 47% da população era não branca (Moreira, 2003)<sup>26</sup>. Esta população não branca formava uma grande parte dos setores pobres da cidade, que ocupavam majoritariamente a face sul do promontório.

A cidade era cercada por muros e seus limites internos também constituíam zonas habitadas pela população mais pobre. Para além dos muros da cidade, localizavam-se os arraiais, várzeas e zonas de chácaras, que, com o tempo, foram ocupados pela crescente população, especialmente pela mais pobre, à medida que foram sendo empurrados para fora do centro da capital, formando-se núcleos populacionais nas áreas adjacentes. Alguns desses núcleos ficaram conhecidos como áreas de ocupação da população negra, constituindo verdadeiros territórios negros (Vieira, 2017). É o caso do Areal da Baronesa, ao sul, hoje bairro Menino Deus e parte do bairro Cidade Baixa<sup>27</sup>; da pequena área conhecida como Ilhota, localizada

<sup>24</sup> *Ibidem*, ano 2, n. 223, p. 2, 11 ago. 1892. Disponível em: [http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015\\_01/1961](http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_01/1961). Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>25</sup> *Ibidem*, ano 23, n. 60, p. 2, 12 mar. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/17555>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>26</sup> Incluindo-se aqui negros, mestiços e indígenas.

<sup>27</sup> O Areal da Baronesa estava delimitado pelas ruas 28 de Setembro, ao sul; pela Avenida Praia de Belas, a oeste; pela Rua 13 de Maio (hoje Avenida Getúlio Vargas), a leste; seguindo as margens do Riachinho até a Ponte de Pedra, ao norte.

em uma curva natural do Riachinho (hoje Arroio Dilúvio), adjacente ao Areal<sup>28</sup>; da Colônia Africana, localizada a leste do centro urbano, hoje parte do bairro Rio Branco<sup>29</sup>; e da Bacia do Mont’Serrat, ao norte da colônia, correspondendo a parte do atual bairro Mont’Serrat e parte do bairro Auxiliadora<sup>30</sup>. Como veremos, alguns dos nossos registros ocorrem nas proximidades dessas áreas.

Em meados do século XIX, encontramos a primeira referência à presença da capoeira na capital provincial, datada de janeiro de 1855, ou seja, cinco anos após o registro de Rio Grande, apresentado por Vinicius Oliveira (2013, p. 162-163). Segundo Jane Mattos (2009), que primeiro nos trouxe parte dos registros aqui apresentados, trata-se de um processo-crime em que o réu é acusado de causar um ferimento em um companheiro. Isso ocorreu na Rua da Alegria (atual General Vitorino), onde o sapateiro José Cipriano da Silva estava na companhia do Cabo de Esquadra José Lopes, do 13º Batalhão de Infantaria, ambos amigos e oriundos do Rio de Janeiro, quando o cabo, “pulando de uma a outra parte com capoeiragem” e ameaçando cabeçadas, caiu sobre a faca de sapateiro que o primeiro portava e acabou sucumbindo ao ferimento. O sapateiro fugiu, porém foi preso logo em seguida<sup>31</sup>. A qualidade de amigos dos envolvidos, assim como sua origem no Rio de Janeiro, se encaixa bem na noção da capoeira não apenas como uma arma de autodefesa das *malts*, mas também como um jogo de destreza nos momentos de ócio, uma “brincadeira” entre companheiros que, vezes ou outra, acabava mal.

Em outro processo-crime de 1872, citado pela historiadora, “o réu João do Prado, vindo do Rio de Janeiro, solteiro, cozinheiro, escravo de Thereza Camila de Lima e Silva, filho de Genoveva, de nação Conga, escrava, nascida na África”, é acusado de causar um ferimento mortal no pardo Leonel, também escravizado. Segundo o depoimento do acusado, ambos eram amigos e frequentemente se encontravam na Rua da Olaria (Rua General Lima e Silva), zona próxima ao Areal da Baronesa, em frente à venda de Antonio Francisco de Mello, onde brincavam e jogavam capoeira. Durante o jogo, Leonel deu uma cabeçada em João, que lhe revidou com um golpe de enxada na cabeça, sem esperar produzir tal efeito, o que acabou resultando em sua morte. João recebeu a sentença de 50 açoites, e sua senhora deveria mantê-lo a ferros por seis meses. A pena foi substituída por prisão simples depois de descobrirem que João havia recebido alforria ainda no Rio de Janeiro e, portanto, provavelmente tratava-se de um escravizado ilegal.

---

<sup>28</sup> Aterrada com as obras de canalização do Arroio Dilúvio, a Ilhota corresponde ao traçado das ruas 13 de Maio (atual Avenida Getúlio Vargas), Arlindo (atual Avenida Érico Veríssimo) e 17 de Junho.

<sup>29</sup> Apesar de não termos certeza da dimensão real da área, os limites da Colônia Africana poderiam corresponder às atuais ruas Castro Alves, ao norte; Protásio Alves, ao sul; Ramiro Barcelos, a oeste; e Lucas de Oliveira, a leste.

<sup>30</sup> Embora difícil de precisar, seus limites seriam, ao norte, a Avenida Plínio Brasil Milano; ao sul, a Rua Pedro Ivo; a oeste, a Rua Mariland; e, ao leste, a Rua Pedro Chaves Barcelos.

<sup>31</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre. Processo-crime nº 894, A 1855, maço 30, 1854/1855.

Marcos Pogliá e Jovani Scherer (2022) também trazem outro importante exemplo, datado de 1874. Trata-se de um processo-crime em que o réu João Severo Leal é acusado de agredir um homem, batendo-lhe no peito “como quem jogava capoeira”, nas imediações da Rua da Floresta (atual Avenida Cristóvão Colombo). Esta região, embora mais retirada da cidade, corresponderia ao bairro Floresta, assim chamado pela área de mata que abastecia a cidade com lenha. Estas zonas afastadas da cidade também foram ocupadas por parte da população negra, onde eram realizados batuques (Vieira, 2017, p. 95-96). A referência “como quem joga capoeira” também pode revelar parte da constituição da percepção sobre esta prática, uma vez que não se refere ao tipo social “capoeira”, mas sim a um golpe reconhecido como próprio deste meio<sup>32</sup>.

O reconhecimento da capoeira enquanto prática associada aos negros ocupava um lugar no imaginário dos habitantes da cidade, o que, como dito antes, pode ter como base as notícias vindas da Corte. Em outro processo-crime, apresentado por Jane Mattos (2009), datado de 1886, um escravizado doméstico de 12 anos, chamado Fellipe, morador da casa da Baronesa do Cahy, entrou em conflito com outro negro de 18 anos, chamado Manuel, cuja condição social é ignorada. Segundo o réu, Manoel lhe devia dinheiro e, recusando-se a pagar, o agrediu na Rua do Commercio (atual Rua Uruguai), próxima ao Mercado Público da cidade. Fellipe teria sido ferido no rosto por Manuel com uma tábua e, antes que a vítima repetisse a agressão, Fellipe o feriu com uma faca, causando sua morte. Devido à sua idade, Fellipe foi considerado incapaz de responder pelo crime, recebendo uma pena leve de 30 dias de prisão. Neste processo, a única referência existente à capoeira é a fala de uma das testemunhas, o alfaiate Guilherme Brandão, que declarou acreditar que os dois estavam jogando capoeira. A opinião do alfaiate demonstra que a presença da capoeira na cidade era de conhecimento público, ou, ao menos, presumida.

Cerca de nove anos depois, na mesma região, encontramos um novo registro da prática da capoeira, desta vez associada a trabalhadores do porto. As páginas d'*A Federação*, de 1895, relatam o ocorrido no Trapiche do Comércio (próximo à Praça da Alfândega), onde um empregado, José Cortez, chamou alguns colegas para “ensinar-lhes a jogar capoeira”. Durante a brincadeira, “o primeiro que rodou, com uma rasteira, em regra, foi Fuão Carvalho que irritou-se com a brincadeira, agarrou um pau e deu duas valentes cacetadas em Cortez, quebrando-lhe a cabeça”<sup>33</sup>. Mais uma vez, aqui aparece a capoeira como uma “brincadeira”. Da mesma forma, podemos identificar o uso de um golpe associado aos capoeiristas: a rasteira<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> Poderia tratar-se do golpe chamado atualmente “bênção”, mas também conhecido como “chapa de frente” ou “pé no peito”, desferido diretamente com a sola do pé contra o peito do adversário.

<sup>33</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, Brasil. *A Federação - Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, ano 12, n. 113, p. 2, 15 maio 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/9858>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>34</sup> Trata-se de um chute rasteiro, em que o objetivo é derrubar o adversário, deslocando seu pé de apoio de forma que este caia.

Essas “brincadeiras” parecem ter sido cotidianas na Porto Alegre do fim do século XIX. Mattos (2009) também nos apresenta outro interessante registro: trata-se de um artigo de *A Gazetinha*, de novembro de 1898, que noticia a briga entre dois homens, Manoel Pulera e Manoel Joaquim. Diz o artigo:

Na Rua 24 de Maio dois homens Manuel Pulera (a alcunha já refere a sua fama) e Manoel Joaquim dos Santos jogavam capoeira. Depois de uns tombos, Manoel arrancou uma faca de mesa que trazia e tentou ferir o companheiro Pulera. O brinquedo durou cinco minutos sem que aparecesse um guarda da ordem pública<sup>35</sup>.

A Rua 24 de Maio, também conhecida como Beco do Jacques, ligava os limites da cidade à sua área central da cidade – possivelmente vigiado pela polícia preventiva que, no entanto, apareceu tardiamente e acabou reprimindo outro cidadão que apenas cantava e dançava na rua. O caso também apresenta o uso da faca como elemento associado à capoeira. Porém, o uso de facas, punhais e navalhas era tão generalizado que dificilmente podemos associar seu uso à presença de capoeiras na cidade. De fato, se assim o fizéssemos, outra dezena de casos poderia ser incluída neste trabalho. Uma vez que o uso dessas armas ou ferramentas era uma constante em diversos ofícios, incluindo o de campeiro, como no caso apresentado por Oliveira (2013), ou o de sapateiro, como no caso de 1855 apresentado logo acima<sup>36</sup>.

Alguns cronistas da época também trazem um importante registro da capoeira na cidade. Começando por Antônio Álvares Pereira Coruja, que, embora não se refira diretamente à capoeira, traz a primeira referência ao uso do berimbau durante a descrição do Candombe de Mãe Rita<sup>37</sup>, localizado nas proximidades do já citado Beco do Jacques, onde “os pretos de diversas nações, que com seus tambores, ganzás, urucungos e marimbas, cantavam e dançavam esquecendo as mágoas da escravidão” (Coruja, 1983, p. 27). Aqui, o autor indica o uso do “urucungo”, um dos nomes pelos quais é conhecido o arco musical hoje denominado berimbau.

Embora as crônicas de Coruja (1983) não tenham uma data precisa, pode-se localizá-las na segunda metade do século XIX. Neste período, o complexo religioso que hoje é conhecido como Batuque do Rio Grande do Sul ainda não havia tomado sua forma e, portanto, os candombes constituíam espaços de intensa sociabilidade negra, nos quais se sobrepunham ritos religiosos e festividades, nas quais a capoeira pode ter ocupado um lugar de destaque.

Outro importante cronista da cidade, Achylles Porto Alegre, nos traz a crônica “Tinteiros e Bagadús”, em que aponta a existência de dois grupos rivais na cidade. Diz o autor:

---

<sup>35</sup> ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO, Porto Alegre. *A Gazetinha*, Rio de Janeiro, 3 nov. 1898

<sup>36</sup> Nesse sentido, discordo parcialmente de Jane Mattos (2009), que incluiu em seu trabalho alguns desses casos.

<sup>37</sup> Referência a locais de reunião da população negra, onde se dava tanto suas festividades quanto seus cultos tradicionais, que, no futuro, dariam origem ao Batuque do Rio Grande do Sul.

Estes dois partidos digladiavam-se terrivelmente. Armavam conflitos formidáveis, eram irreconciliáveis e não se pense que “Tinteiros” e “Bagadús” se compunham somente de garotada vagabunda. Muitos rapazes de boa família faziam parte, como chefes ou simples soldados, desses grupos arruaceiros que em certos dias da semana, punham na “urbs” uma nota belicosa. Além disso, nesse tempo, a cidade estava infestada pela praga terrível dos “capoeiras”. Nessas lutas “domingueiras” (eram sempre aos domingos) entre “Tinteiros e Bagadús” as armas empregadas era (sic) a capoeira e a pedra (Porto Alegre, 1994, p. 95).

Nota-se que o autor, em seus comentários depreciativos, identifica estes dois grupos como “arruaceiros”, porém aponta a existência de uma “praga terrível” de capoeira, dissociando-os de tais grupos, embora aponte o uso da capoeira pelos mesmos. Interpreto que essa dissociação se dá porque o autor considera que estes jovens não seriam de fato capoeiras – esses tipos considerados marginais e perigosos –, mas apenas jovens inconsequentes. Apesar disso, a ideia de grupos se digladiando nas ruas da cidade não deixa de remeter às notícias das *malts* no Rio de Janeiro, e quiçá estejam inspiradas nas mesmas.

Segundo Eloy Terra (2001, p. 24), os confrontos sempre se davam no Alto da Bronze, um descampado transformado em praça, hoje conhecido como Praça General Osório. O autor ainda aponta que os Tinteiros se tratavam de meninos ricos e os Bagadús de meninos pobres, e, quando da intervenção policial, os últimos sempre eram reprimidos.

Contudo, as crônicas de Ary Veiga Sanhudo (1975) são as mais significativas no que diz respeito às referências da capoeira na cidade. Em sua obra *Crônicas de minha cidade*, traz diversos relatos descrevendo o cotidiano de Porto Alegre do início do século XX, incluindo sobre os já citados territórios negros – não sem um toque de preconceito racial característico da intelectualidade branca da época. Por exemplo, ao tratar do Areal da Baronesa, caracteriza-o como uma zona “tenebrosa”:

No Areal da Baronesa somente as pessoas que conheciam seus moradores arriscavam-se a entrar, e nem o comandante se atrevia a tanto, pois muito antes de qualquer aproximação, um negro capoeira gingava o corpo, virava a cabeça e o rico pé de anjo assentava na cara do atrevido (Sanhudo, 1975, p. 206).

Aqui, mais uma vez, as referências indicam golpes diretamente associados à forma de luta dos capoeiras. O ato de gingar o corpo, ou seja, o balanço característico gerado quando se troca o pé na base traseira de forma rítmica, é talvez o elemento mais evidente da capoeira enquanto técnica de luta. Também encontramos a descrição de um chute como uma bênção, uma armada, uma chapa giratória ou um rabo-de-arraia – todos golpes ainda hoje amplamente utilizados na capoeiragem.

O cronista ainda traz outras duas referências à capoeira, mesmo que indiretamente. Na crônica “O valentão da zona”, narra uma briga ocorrida na Colônia Africana, outro terri-

tório negro já citado. Nesta ocasião, um negro, de alcunha Fumaça, lutou com um grupo de policiais que o tentavam prender, e “deparando com três guardiães da ordem, imperturbavelmente fardados de branco, não teve dúvida – quadrando o corpo, entrou rachando e os espalhou a golpes”. Seguindo o combate e a fuga, Fumaça enveredou em uma obra e arremessou tijolos nos policiais: “De vez em quando, um rato branco mais afoito investia decidido e Fumaça só desviava o golpe quadrando o corpo, e com célebre rasteira fazia o homem amontoar descadeirado prum canto da sarjeta. Aquele não voltava mais! (Sanhudo, 1975, p. 114-116).

Aqui, mais uma vez, a ginga do capoeira aparece na expressão “quadrando o corpo”; além, obviamente, do uso da “rasteira”, que mais uma vez denota uma forma de luta própria de personagens identificados como capoeiras.

Outra referência do autor, mais tardia, trata-se do relato de uma briga ocorrida nos Arrabaldes da Glória (atual Avenida Oscar Pereira), em 1920, entre um policial e um homem “magro, alto e estava bem trajado”, que “quadrou o corpo, estendeu os braços e desferiu espetacular golpe de pernas em pleno peito<sup>38</sup> do ‘rato branco’ imprudente (...). A espada, por uma dessas fatalidades inexplicáveis, caiu ao pé do capoeira, que a apanhou do chão” (Sanhudo, 1975, p. 22).

Na virada dos séculos, os relatos da presença dos capoeiras na cidade seguem aparecendo nas páginas dos jornais. A historiadora Joan Bak (2003), em seu artigo sobre a greve dos trabalhadores de 1906, traz o primeiro registro conhecido de uma roda de capoeira ocorrendo junto ao Mercado Público de Porto Alegre. Diz a autora, com base em uma notícia de novembro de 1906:<sup>39</sup>

No mercado público, ao lado do cais, estivadores, diaristas, brigões e desempregados gritavam obscenidades e empurravam pedestres alarmados, empunhando facas, se agrupavam ao redor de rodas de capoeira, colocando um vigia para alertar sobre algum policial patrulhando a área (Bak, 2003, p. 187).

A prática de colocar um vigia cuidando da roda já é bastante conhecida na capoeiragem. De fato, um dos toques do berimbau, chamado “cavalaria”, servia para avisar sobre a chegada da polícia e da dissolução da roda. Poggia e Scherer (2022) complementam este dado com uma matéria de 22 de novembro do mesmo ano, em que o mesmo periódico relata o “animado jogo de capoeiragem e valente esgrima de faca” em frente à banca de peixe do Mercado Público<sup>40</sup>.

<sup>38</sup> Mais uma vez uma referência ao chute conhecido como “bênção”.

<sup>39</sup> ARQUIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE MOYSÉS VELLINHO, Porto Alegre. *O Independente*, Porto Alegre, 11 nov. 1906, p. 1.

<sup>40</sup> *Ibidem*, 22 nov. 1906.

A capoeira também era uma arma de enfrentamento contra os próprios agentes da lei e militares. A edição nº 238 de *A Federação*, de outubro de 1911, relata o conflito entre Theobaldino Correa, agente de polícia, que, ao subir a rua Benjamin Constant a cavalo, próximo à rua Marquês do Herval, nº 34 – localizada hoje no bairro Moinhos de Vento e vizinha à Colônia Africana –, encontrou um “grupo de rapazes de côr, que se divertiam em exercício de capoeira e esgrima”. Após serem advertidos, o grupo se retirou para uma bodega próxima, chamada Ao Pavão, localizada no nº 13 da mesma rua, de onde começaram a insultar o agente, em companhia do proprietário do estabelecimento. Theobaldo retornou, mas dois dos presentes sacaram adagas, e o agente, vendo-se em desvantagem, cavalgou e buscou reforços. Os agressores desceram a rua Dr. Timótheo, sendo alcançados pelos agentes na altura da rua 3 de Maio, onde se desatou um combate que acabou com a morte de um dos rapazes, chamado Avelino José dos Santos, que disparou contra um inspetor, e este reagiu, disparando contra seu peito<sup>41</sup>. Segundo a nota, Avelino era morador da rua Marquês do Herval, nº 17, e trabalhava na Cervejaria Bopp.

Esta notícia nos traz uma série de elementos de interesse. Primeiro, refere-se ao exercício de esgrima, no caso com o uso de pedaços de madeira, também conhecidos como grimas, o que não significa que estariam praticando outras expressões como o maculelê, hoje amplamente associado à capoeira<sup>42</sup>, mas sim alguma modalidade de luta com paus, como no caso do jucá do Piauí ou o jogo do pau do Vale do Parnaíba, ou mesmo a simulação da luta com facas, o que, como já apontei, não é algo exclusivamente do universo da capoeiragem.

Também se deve chamar a atenção para o fato de que, durante todo o relato, é enfatizado que os rapazes foram os agressores, enquanto os agentes de polícia parecem ter uma atitude ética, como defensores da ordem. O que, considerando o viés ideológico de *A Federação* e a natureza repressiva do regime da época, principalmente tratando-se de “rapazes de cor”, soa pouco verossímil. Além disso, apesar de o relato apontar que Avelino teria disparado contra um dos agentes, sua arma aparentemente nunca foi encontrada.

O último exemplo de notícia apresentado data de maio de 1912 e, com um tom anedótico, trata de outro conflito ocorrido em uma “escura e infecta” bodega na rua Paysandu, nº 20 (atual Caldas Júnior), zona de meretrício próxima à Praça da Alfândega, onde se encontrava “o soldado da 3ª Companhia do 30º Batalhão de Infantaria Manoel Eugenio da Silva e o paisano Felício Antônio de Carvalho Moura”. O conflito se desatou quando o soldado, importunando uma das mulheres presentes – caracterizada como uma das “mulheres de vida fácil” – tentou agredi-la com uma vassoura ao ser recusado por ela, o que causou a reação de “Felício Antônio, que é um bom na capoeiragem, deu um côrte de ca-

---

<sup>41</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, Brasil. *A Federação - Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, ano 18, n. 238, p. 4, 16 out. 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/24587>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>42</sup> Trata-se de uma luta grupal coreografada, na qual os praticantes usam grimas ou facões.

poeira<sup>43</sup> no soldado, que atirou-lhe longe”. Aqui, mais uma vez, a ênfase recai sobre o golpe desferido pelo capoeira, ou seja, “um corte”, possivelmente um dos chutes giratórios já indicados anteriormente, uma vez que estes são os golpes de maior potência na capoeiragem, sendo capazes de “atirar” o oponente a certa distância. O conflito acabou com intervenção de guardas, chamados pelas mulheres presentes, que detiveram ambos; porém, tomando partido do guarda, foram mais duros com Felício, que acabou ferido por um deles, sendo recolhido à Santa Casa de Misericórdia<sup>44</sup>.

A partir desse período, os relatos sobre a capoeira nos jornais sulistas passam a ser mais esporádicos e a adotar esse tom anedótico, em geral usando o termo “capoeira” para referir-se à esperteza e malandragem<sup>45</sup> de um personagem ou ainda à desonestidade. A capoeira e os capoeiras só voltariam a ser matéria de interesse nos jornais após a década de 1940, quando, já retirada do Código Penal, passa a ser instrumentalizada pelo crescente setor turístico baiano, vista, portanto, como parte da autêntica cultura afro-brasileira. Porém, este é tema para outro texto.

## Considerações finais

Os relatos aqui apresentados indicam que a presença da(os) capoeira(s) em Porto Alegre remonta a meados do século XIX, e foi se estabelecendo entre as classes populares até o início do século XX. Também apontam que sua introdução no imaginário da classe média e alta foi na forma de uma prática reprovável, símbolo da degradação moral que devia ser superada pela população brasileira. Como afirma Vinicius Oliveira (2013), assim como Poglia e Scherer (2022), a falta de espanto nos relatos apresentados indica certa familiaridade da população com essa prática; porém, familiaridade não significa aprovação. Neste sentido, a grande mudança viria com a troca de perspectiva da intelectualidade brasileira perante a necessidade de construção de uma identidade nacional, o que levou à valorização de elementos da cultura afrodescendente, como o samba, o candomblé e, claro, a capoeira.

A espacialidade na presença da capoeira na capital gaúcha também demonstra um deslocamento dos registros, primeiramente ocorridos na área central da cidade e em seus limites, logo depois passando para as proximidades dos territórios negros da cidade até os mais distantes arrabaldes, como o da Glória. Isso indica que a presença da capoeira também acompanhou o crescimento da cidade, de forma centrípeta, empurrando para seus limites aqueles

---

<sup>43</sup> Pode indicar um chute giratório, como o rabo-de-arraia ou a armada.

<sup>44</sup> HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA, Brasil. *A Federação - Orgam do Partido Republicano*, Porto Alegre, ano 28, n. 121, p. 4, 27 maio 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/388653/24107>. Acesso em: 22 jul. 2025.

<sup>45</sup> Embora hoje associemos o estereótipo dos malandros cariocas à capoeira, essa imagem não parece ter se difundido antes da década de 1940, sendo totalmente ausente nas referências encontradas.

indesejados. Contudo, também encontramos nichos de permanência desses sujeitos subalternizados: nos portos, nos mercados, nos becos e vielas remanescentes das grandes reformas.

Metodologicamente, o acesso a esses registros exige um certo olhar crítico, situado entre o senso comum da época e a sobreinterpretação daqueles que querem ver os indícios da prática da capoeira em todos os lados. Neste sentido, a identificação de elementos específicos é a chave que ultrapassa a simples identificação de um complexo de práticas associadas ao que hoje identificamos como capoeira. Por exemplo, um conjunto de golpes que caracterizam uma forma específica de luta, como rasteiras, potentes chutes, cabeçadas e, em especial, o balanço do corpo característico da ginga. A ideia de um “jogo” ou “brincadeira” violenta da população negra é uma constante, porque remete ao estereótipo racista da indolência negra que se diverte durante os momentos de trabalho, sendo símbolo de sua suposta debilidade moral.

A partir da década de 1930, o novo olhar sobre a cultura negra no Brasil gerou um certo ar de condescendência, em especial na Bahia, onde surgiram as primeiras academias e capoeiristas eram convidados para apresentações em festas de largo ou festividades cívicas (Magalhães, 2012, p. 21-22). Em 1937, a capoeira foi retirada do Código Penal e, a partir desse momento, passou a crescer e se multiplicar em diversos grupos, voltando a aparecer nas páginas de jornais locais, a exemplo do *Diário de Notícias*, como parte da autêntica cultura baiana. Proponho que tal fenômeno não é fruto do desaparecimento dos capoeiras das ruas de Porto Alegre; pelo contrário, sua presença parece ter sido uma constante discreta, considerando os depoimentos de alguns dos mestres atuais que declaram ter entrado em contato com a capoeira ainda na juventude, através de boêmios, marinheiros e estivadores.

Nesse sentido, defendo que a capoeira porto-alegrense não desapareceu das ruas da cidade, mas sim ocorreu uma mudança no marco interpretativo da sociedade, com base no viés culturalista que dominou a intelectualidade da primeira metade do século XX, deixando, ao menos nos discursos, de ser enunciada como uma prática própria de sujeitos marginais. Não significa que as lutas e os jogos de capoeira deixaram de ocorrer e de ser reprimidos, mas passaram a ser tratados como simples “desordens”, sendo assim noticiadas.

Portanto, proponho que a capoeiragem de Porto Alegre não desapareceu e depois ressurgiu com a chegada da capoeira moderna, já dentro dos moldes baianos. Pelo contrário, ela permaneceu ativa e utilizada nos conflitos de rua. O que teria mudado, de fato, foi o registro desses atos “desordeiros” como fruto da capoeiragem. A partir da segunda metade do século XX, começa o movimento de expansão da capoeira, e sua imagem volta a surgir nas mídias do sul do país na forma de prática cultural baiana ou afro-baiana, o que culminou com a chegada à capital gaúcha dos primeiros professores de capoeira. Mas esta é outra história.

## Referências

- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art*. Londres; Nova York: Routledge, 2005.
- ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Da “destreza do mestiço” à “ginástica nacional”. Narrativas nacionalistas sobre a capoeira. *Antropolítica*, Niterói, v. 24, n. 1, p. 19-40, 2008.
- ANTUNES, Lívia de Lauro. *Sob a Guarda Negra: abolição, raça e cidadania no imediato pós-abolição*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na Greve de 1906, em Porto Alegre. *Métis: História & Cultura*, Caxias do Sul, v. 2, n. 4, p. 181-224, 2003.
- BELTRÃO, Mônica. *A capoeiragem no Recife Antigo: os valentes de outrora*. 2. ed. Recife: Nossa Livraria, 2007.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Erus, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DIAS, Adriana Albert. *A malandragem da mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910-1925)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS, 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.
- GOMES, Flávio dos Santos. No meio das águas turvas: racismo e cidadania no alvorecer da República, a Guarda Negra na Corte, 1888-1889. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, p. 75-96, 1991.
- MAGALHÃES, Paulo Andrade. *Jogos de discursos: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana*. Salvador: Edufba, 2012.
- MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre. In: MAUCH, Cláudia (org.) *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Canoas: Ed. Ulbra; São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994. p. 9 -24.
- MATTOS, Jane. Pulera e Birú: indícios da capoeira na Porto Alegre dos séculos XIX e XX. *Webartigos*, [s. l.], 27 jul. 2009.
- MOREIRA, Paulo Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. 1. ed. Porto Alegre: Est, 2003.
- OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *Sobre águas revoltas: cultura política maruja na cidade*

portuária de Rio Grande/RS (1835-1864). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

POGLIA, Marco Antônio; SCHERER, Jovani. *Referências históricas à capoeira em Porto Alegre*. [Porto Alegre], (2022). Manuscrito.

PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Pod, 1994.

SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Movimento, 1975. v. 2.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Entre a pena e a espada: literatos e jacobinos nos primeiros anos da República (1889-1895)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira. *Análise Social*, Lisboa, v. 32, n. 142, p. 685-713, 1997.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A Guarda Negra: a capoeira no palco da política. *Textos do Brasil*, n. 14, p. 50-51, 2008.

TERRA, Eloy. *As ruas de Porto Alegre*. Porto Alegre: AGE, 2001.

VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Recebido: 03 de outubro de 2024 – Aprovado: 16 de fevereiro de 2025

Editora responsável: Silvia Liebel